

Reunião da Diretoria Nacional

Representação em Brasília. Na reunião realizada ontem, 31/01, a Diretoria Nacional aprovou a criação da representação permanente da ABCE em Brasília. Consultas já estão sendo feitas a possíveis convidados a assumir essa representação da Associação, representando-a nas suas relações com parlamentares, instâncias do poder executivo em diferentes níveis, empresas estatais e demais relações institucionais.

Programa de entrevistas com governo. Serão solicitadas as entrevistas e preparadas desde já as

pautas para cada ministério, empresa estatal e TCU. Distribuídas tarefas entre os diretores de cada área cabendo ao diretor executivo elaborar os textos a serem apresentados em cada entrevista. Para o MCT será destacada uma modalidade de apoio econômico para inovação tecnológica nas contratações do setor público.

Confea. Serão feitas consultas às empresas sobre possíveis problemas na implantação do Livro de Ordem (Res. Confea 1024/2009).

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Decisão: pleitear de imediato participação da ABCE no CDES. Caberá ao diretor executivo preparar minuta de pleito para circular entre diretores e encaminhamento ao CDES.

Tragédias na Região Serrana do RJ. A ABCE deverá produzir documento técnico sobre prevenção de acidentes hídrico-geológicos recomendando monitoramento por empresas especializadas de consultoria de engenharia.

Opinião

Tragédia repetida

Luiz F. Vaz *

A tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro foi violenta e destruidora, mas não é um caso isolado ou fortuito. Em março de 1967 fenômeno semelhante aconteceu próximo a Caraguatubá, ceifando 120 vidas e deixando a água do mar suja até hoje. Pouco antes, em janeiro, fora a vez da Serra das Araras, ao longo da Via Dutra, e, apesar de ter ocorrido sobre áreas predominantemente rurais, levou 1.200 vidas.

Esses dois eventos destruidores ocuparam uma área elíptica, com cerca de 30 km de extensão máxima. Se tivessem como centro a Via Anchieta, teriam interrompido todas as ligações São Paulo-Santos, incluindo as linhas de transmissão, dutos e cabos. Felizmente, não houve outros de tal magnitude, mas desastres similares atingiram a região de Cubatão em 1985 e 1994. Em 2000, uma única corrida de lama manteve uma pista da Anchieta fechada por mais de 50 dias. Casos de proporções semelhantes ocorreram na região de Blumenau-Itajaí em 2008, na de Angra dos Reis em 2009 e, anteriormente, em Petrópolis, Rio de Janeiro e vários outros locais. Essa pequena lista mostra que os deslizamentos são fenômenos recorrentes, variando apenas a sua gravidade.

O mecanismo desses deslizamentos segue o mesmo padrão: alguns meses consecutivos de chuvas contínuas, não necessariamente fortes, seguidos por um período concentrado de precipitações muito fortes; os vazios da camada de solo ficam saturados pelas

chuvas contínuas, reduzindo a resistência do solo; como a água da chuva forte não tem como se infiltrar, escorre pela superfície, transformando o solo em lama e carregando árvores e blocos de rocha. Esse processo é conhecido como corrida de lama, pela alta velocidade do deslizamento, que pode chegar a algumas dezenas de quilômetros por hora.

Estudos desenvolvidos pelos geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) há mais de 20 anos, e mais recentemente pelo Instituto Geológico, ambos do governo paulista, conseguem identificar o volume de chuva acumulado que propicia a deflagração de escorregamentos, determinam as áreas de risco e elaboram sistemas de alerta. Trabalho semelhante desenvolvido pela prefeitura de Santos, ao tempo em que uma geóloga ocupava uma das secretarias da cidade, permitiu que tanto em Cubatão como em Santos eventos desse tipo fossem antecipados e medidas de prevenção, adotadas.

A falta de instrumentos legais, porém, dificulta a prevenção. Não há lei que obrigue o morador a desocupar seu imóvel, exceto em caso de risco iminente. Ora, definir risco iminente é difícil quando se lida com fenômenos naturais e, na prática, ninguém pode ser removido das chamadas áreas de risco sem o seu consentimento. Uma ação do Ministério Público, quando cabível, demanda de 10 a 20 anos para ser concluída. Nos casos de Cubatão e Santos, um trabalho de conscientização e treinamento da população e a utilização de monitores da própria comunidade permitiu a adoção de medidas de prevenção.

Apesar das lições anteriores, tanto de deslizamentos funestos como de iniciativas bem-sucedidas, nunca foi formulada nenhuma política ou diretriz sobre o assunto. Mesmo com a grande maioria dos processos de deslizamento diretamente associados às condições geológicas, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão federal encarregado de estudos geológicos e hidrológicos, nunca recebeu a missão (nem verbas) de desenvolver trabalhos de prevenção, exceto em alguns casos localizados.

Os serviços de defesa civil tampouco estão preparados para atender a situações de calamidade. Sua organização é predominantemente transitória, contam com recursos reduzidos e, principalmente, não dispõem de base legal para atuar e assumir o comando em caso de desastres naturais. O despreparo é geral, basta constatar que, na serra fluminense, o socorro só chegou vários dias depois e ainda hoje depende da ação de voluntários. Em pleno caos, o governo, numa medida demagógica, prometeu a liberação do FGTS. Dinheiro é sempre bem-vindo. Mas as pessoas ilhadas nas comunidades serranas do Rio precisavam de água, comida, energia, acesso, comunicação, limpeza e, depois, de dinheiro.

Após os violentos desastres naturais e também os induzidos pelo homem nos últimos anos, principalmente o vazamento de petróleo no Golfo do México, nota-se uma tendência a substituir a política estratégica de longo prazo das grandes potências, voltada para os conflitos armados entre nações e grupos, por políticas de prevenção contra os efeitos das mudanças

climáticas. Depois que fomos assolados, na última década, por uma série de terremotos violentos, tsunamis destruidores e enchentes formidáveis, as atividades de defesa civil estão sendo consideradas o foco da ação dos governos nas próximas décadas.

Até hoje não há evidências suficientes para afirmar que a ação antrópica seja responsável pelo aumento da temperatura. A Terra sofre mudanças climáticas alternando períodos frios e quentes. Há cerca de 120 mil anos houve um período de frio intenso, com o gelo avançando até os trópicos, resultando num abaixamento do nível do mar da ordem de cem metros. Esse

período, que durou alguns milhares de anos, extinguiu muitas espécies e, aparentemente, teria sido responsável por eliminar a maioria dos nossos ancestrais, reduzidos a um grupo muito pequeno, conforme indicam as variações do DNA.

Seja devido à nossa voracidade por energia ou aos caprichos da Terra, o fato insofismável é que nosso planeta está aquecendo. Esse processo levará à elevação do nível dos oceanos e, além das ameaças às cidades e aos países à beira-mar, terá influência sobre o clima. Enfrentar as mudanças climáticas radicais e sobreviver a elas está se tornando a principal

preocupação dos planejadores, de tal sorte que este século será, provavelmente, considerado o século da defesa civil.

Vamos fazer a nossa parte, começando pela legislação e pela organização da área de prevenção de desastres naturais!

**Geólogo, professor convidado do Instituto de Geociências da UNICAMP. Publicado em 24 de janeiro de 2011 em O Estado de S.Paulo.*

Grupos Setoriais e Temáticos

GS Energia Elétrica

A economista **Miriam Leitão**, em sua coluna no O GLOBO de 25/01/11, afirmou que as hidroelétricas sempre apresentam sobrepreço, exemplificando com a construção da usina de Simplício. O eng. **Flávio Miguez**, ex-diretor da ABCE, respondeu à colunista que “essa usina, antes mesmo de suas obras serem iniciadas, era reconhecidamente fadada ao sobrepreço”. Pelas notícias veiculadas pelo O Globo, já atingem 100%. Esclarece que “já no estágio de inventário da bacia do rio Paraíba do Sul em 2002 estava realçado que havia outro esquema que teria potência 50% maior com o mesmo fator de capacidade, muito menores impactos ambientais e incertezas muito mais reduzidas”, recorda Miguez. Continua com outros esclarecimentos: “o mais importante é realçar que hidroelétricas gerenciadas por políticos e com deficiências de gestão podem apresentar sérios atrasos e sobrepreços e que hidroelétricas de qualquer tamanho com eficiente gestão privada não costumam apresentar sobrepreços”. Lembra ainda que “a mesma empresa, Furnas, no passado teve sucesso na implantação das usinas de Furnas, de Estreito (Luiz Carlos Barreto), de Porto Colômbia, de Marimbondo e de Itumbiara. Nesse passado, da sua fundação em 1967 até pelo menos 3 décadas depois, sob a gestão de ilustres engenheiros como **John R. Cotrim**, **Flavio Lyra**, **Benedito Dutra**, **Luiz Carlos Barreto de Carvalho** e tantos outros, todas as obras eram bem administradas, não havendo sobrepreços nem atrasos no cronograma original”. Destaca que “nos dias de hoje há um grande número de empreendimentos hidroelétricos de portes diversos sendo implantados com sucesso pela iniciativa privada sem sobrepreços e sem atrasos”. Adverte

que “por *coincidência*, políticos associados a má gestão atuam em algumas hidroelétricas mas em geral eles estão por enquanto afastados de empreendimentos eólicos e termoelétricos: esses empreendimentos, se tiverem atrasos ou sobrepreços, os efeitos recaem sobre os acionistas”. Realça que “políticos e má gestão atuando em conjunto podem acarretar sobrepreços e atrasos de construção, como nas 3 usinas nucleares, com mais de 20 anos de atrasos em cada uma”, conclui Miguez.

GS Transportes - Portos

Novo ministro dos Portos anunciou para fevereiro edital de licitação de estudos de viabilidade para Mucuripe.

Em reunião em 25/01, em Brasília, com o presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC), **Paulo André Holanda**, o ministro dos Portos, **Leônidas Cristino**, anunciou para fevereiro o lançamento dos editais licitatórios para a elaboração dos estudos ambientais e de viabilidade dos equipamentos do Porto de Mucuripe (CE). Para a obtenção da licença ambiental que garantirá a realização das obras, é preciso apresentar o Estudo de Viabilidade Técnico Econômico e Ambiental (EVTEA) e o EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental) ao órgão licenciador, e a feitura destes documentos será o alvo da concorrência pública a ser lançada no próximo mês.

O Projeto Básico já existe e **o Projeto Executivo está prestes a ser concluído pelo próprio porto**. Todo o processo licitatório será conduzido pela Companhia Docas do Ceará (CDC).

A ABCE impediu em 2010, por meio de Representações ao TCU, a realização de pregões das Companhias de Docas do Rio de Janeiro e de Vitória, para contratar projetos em portos. As empresas devem informar tempestivamente à ABCE se Docas do Ceará pretender adotar o mesmo processo irregular de licitação para os estudos de viabilidade anunciados.

GS Planejamento Urbano e Habitação

CREA-RJ diz que medidas simples poderiam ter evitado mortes na Região Serrana

O Crea-RJ apresentou nesta quarta-feira, 26/01, um relatório preliminar sobre as inspeções realizadas em Teresópolis e Nova Friburgo logo após a enxurrada de duas semanas atrás. O documento aponta que medidas simples poderiam ter evitado as mais de 800 mortes na região. O relatório sugere ações a curto prazo, como a construção de ondulações nos rios para a redução da velocidade da água. Os técnicos também propõem que na região afetada sejam construídas pequenas barragens ao longo dos rios, desde a cabeceira até as áreas planas, com o objetivo de também diminuir a força das águas. “A grande causa foi a ação do homem e a falta de planejamento das prefeituras”. O documento ressaltou a necessidade de obras de contenção nas encostas, para prevenir deslizamentos, e de diminuição das ocupações irregulares. O presidente do conselho, **Agostinho Guerreiro**, estima que 80% das mortes na região poderiam ter sido evitadas caso houvesse esse tipo de planejamento.

O GLOBO - *Rafael Galdo* - 26/01/2011

O relatório do CREA confirma a necessidade e urgência apontadas pela ABCE ao recomendar uma mobilização de empresas de

consultoria de engenharia especializadas em hidrologia, geotecnia, meio ambiente e clima para apoiar as prefeituras na

prevenção de desastres e correção de seus efeitos.

Notícias

Minc: Parques fluviais

Secretaria do Ambiente RJ anuncia implantação de cinco parques fluviais em áreas atingidas pelas enxurradas.

Rafael Galdo

O GLOBO on line 28/01/2011

Foto de Luiz Morier

O secretário estadual RJ do Ambiente, **Carlos Minc**, anunciou na sexta-feira passada a criação de cinco parques fluviais nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, nas regiões afetadas pelas enxurradas de duas semanas atrás.

Segundo o secretário, serão necessários R\$ 190 milhões para implantação destes parques.

O primeiro, o do Rio Santo Antônio, em Petrópolis - que causou inundação no Vale do Cuiabá - deve começar a ser implantado antes do próximo verão. O segundo será o do Córrego Dantas, em Friburgo, e os demais serão em vales do interior de Teresópolis, abrangendo bairros onde houve grande parte das mortes no município, como Bonsucesso, Posse e Caleme. Ao todo, serão 95 quilômetros de unidades de conservação, sendo 55 quilômetros em áreas urbanas. Nesses trechos de ocupação urbana, serão construídos ao longo dos rios equipamentos de esporte e lazer, como ciclovias e quadras esportivas. Nos outros 40 quilômetros, a mata ciliar será recuperada e as calhas dos rios serão recompostas. **Nestas áreas de parque, serão no mínimo 60 metros preservados (30 metros para cada lado das margens) ao longo dos rios.**

- No Rio Santo Antônio, já tínhamos um projeto em andamento desde 2008 e, por isso, será o primeiro a ser implantado. Inicialmente, antes da enxurrada, encontramos resistência nesta região. Empresas como floriculturas e aviários conseguiram liminares na Justiça, impedindo que o parque atingisse suas áreas, mas foram varridas pelas enchentes. Isso comprova a necessidade de se proteger as margens dos rios - disse Carlos Minc.

A medida anunciada sobre cursos d'água é correta mas o Secretário não anuncia interesse de apoio de empresas de Consultoria para o enfrentamento mais amplo e abrangente dos problemas, com supervisão técnica permanente, para prevenção de desastres geológicos e hidrológicos.

Eventos

GS Transportes

A ABCE recomenda às empresas permanecerem atentas a eventuais contratações de projetos e supervisão com dispensa de licitação nas regiões serranas do RJ em estado de emergência.

Luiz Antonio Pagot, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), afirmou, na sexta-feira, 21, que as principais estradas do Rio estão trafegáveis, mas os problemas permanecem em rodovias vicinais, sobretudo na que liga Petrópolis a Teresópolis. De acordo com Pagot, o Dnit ainda atua no auxílio em ações de salvamento e na desobstrução das vias. A previsão é que essa fase inicial seja concluída em 180 dias.

- *Estamos nos preparando para a fase de reconstrução. Precisamos reconstruir pontes, conter encostas - explicou.*

A nova previsão de gastos tem valor de R\$ 150 milhões. O levantamento anterior era de R\$ 80 milhões.

Assessoria Jurídica

Comunicado para fornecedores usuários do SICAF

A partir do dia 18 de janeiro de 2011, entrou em vigor a Instrução Normativa nº 2, de 11/10/2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Na mesma data, entrou também em vigência a Portaria Normativa nº 27, de 10/11/2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos inscritos no SICAF, após sua reestruturação.

Na mesma data ficou implantado um novo sistema informatizado que foi desenvolvido, com acesso pela internet, compatível com as normas supracitadas e ampliando a participação do próprio fornecedor no processo de cadastramento e atualização de seus dados, implantado na mesma data. O fornecedor deverá acessar a página do SICAF, no portal do Comprasnet, para obtenção do login e senha, na opção "acesso

restrito/fornecedor". O cadastro é constituído dos seguintes níveis:

- I - Credenciamento
- II - Habilitação Jurídica;
- III - Regularidade fiscal federal;
- IV - Regularidade fiscal estadual/municipal;
- V - Qualificação técnica; e
- VI - Qualificação econômico-financeira.

A IN/NO nº 2, de 11/10/2010 e a Portaria Normativa nº 27, de 10/11/2010, estão disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal, www.comprasnet.gov.br. no link legislação / instruções normativas / portarias.

STJ define responsabilidade tributária solidária de empresa tomadora.

Decisão da primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai no sentido da possibilidade de cobrança de contribuições pelo INSS da empresa tomadora, relativas a terceirizados, ao invés da empresa contratada, mesmo

que anteriormente à lei 9.711/98. O julgado ocorreu em um Recurso Especial (REsp) interposto por uma empresa de Santa Catarina sobre contribuições que não foram pagas ou sequer declaradas entre os anos de 1991 e 1999. No mérito, alegou a empresa que ela não possuía qualquer vínculo com os empregados da empresa que fornecia mão-de-obra. A referida lei de 1998 instituiu que seria de responsabilidade do tomador as contribuições previdenciárias. Entretanto, a lide diz respeito a contribuições antes da Lei 9.711. O ministro relator do caso, **Luiz Fux**, explicitou que a lei anterior detinha uma espécie de responsabilidade tributária solidária, fato que permitiria ao ente estatal fazer a cobrança de qualquer dos sujeitos, seja a empresa tomadora ou a fornecedora de mão-de-obra.

Extraído de: Bahia Notícias - 17 de Janeiro de 2011.



GT Encargos e Tributos

Por mais emprego formal, Presidente quer cortar tributos

A presidente Dilma Rousseff propôs uma redução escalonada na tributação sobre a folha de pagamento, com um corte inicial de pelo menos dois pontos percentuais na alíquota de contribuição previdenciária das empresas, hoje de 20%. Nos anos seguintes à aprovação dessas medidas, a ideia é fazer outros cortes, que também podem continuar sendo de dois pontos, até que a contribuição patronal ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) fique em 14%. A medida beneficiaria imediatamente as empresas por meio da redução de custos com a folha de pagamento. Os trabalhadores devem ser beneficiados indiretamente a médio prazo, já que um dos efeitos esperados pelo governo é o aumento da contratação de trabalhadores com carteira assinada.

A expectativa mais otimista no governo é que, com a redução dos encargos trabalhistas, o mercado formal - hoje estimado em 52% - alcance o patamar

de 60% apenas nos primeiros 12 meses de redução da alíquota. Essa é a principal proposta em estudo pela equipe responsável por elaborar projetos pontuais de reforma tributária, que a presidente quer enviar ao Congresso ainda em fevereiro, logo depois da abertura dos trabalhos legislativos.

A equipe da Previdência Social preferia uma redução menor, de um ponto percentual a cada ano na contribuição, temendo efeitos sobre o financiamento das aposentadorias do setor privado. Além da redução na contribuição previdenciária das empresas, o governo estuda também acabar com o salário-educação, uma tributação de 2,5% sobre a folha de pagamento. A contribuição ao INSS dos trabalhadores do setor privado, que varia de 8% a 11% conforme a faixa salarial, não mudaria.

Extraído de LegisCenter - 21 de Janeiro de 2011

Notícias

Mercado de Emprego

Dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, divulgados na terça-feira (18/01), revelam que em 2010 foram criados 2.524.678 postos de trabalho formal, já descontadas as demissões do período. No acumulado 2003-2010, o Ministério contabilizou a criação de 15.048.311 novas vagas com carteira assinada, já descontadas as demissões.

Fonte: Agência Estado.

O setor de consultoria já enfrenta a escassez de mão de obra qualificada. ABCE prepara programa de capacitação.

Fórum de Infraestrutura

O governo federal instalou ontem (20), em Brasília, o Fórum de Infraestrutura, primeiro de quatro grupos temáticos que coordenarão as ações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na ocasião, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinará R\$ 11 bilhões para obras de contenção de encostas e drenagem contra enchentes, R\$ 5,5 bilhões só este ano. De acordo com a ministra, metade desses recursos já está à disposição

para ser liberado aos municípios que apresentarem projetos consistentes. Para o PAC 2, estão previstos R\$ 955 bilhões até 2014. Segundo Miriam, o governo já deu início aos processos de seleção de projetos como saneamento básico, habitação, creches e escolas. Até fevereiro, porém, só serão liberados recursos para obras do PAC 1 em andamento. A divulgação dos relatórios do PAC a partir de agora deixarão de ser trimestrais para semestrais.

CDES retoma atividades

CDES debaterá novo ciclo de desenvolvimento para o país.

O Conselho Gestor do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República esteve reunido esta semana, em Brasília, para delinear a pauta do Conselho para o ano, articulada com as prioridades declaradas pela presidente Dilma Rousseff.

Durante a reunião, que contou com a presença do ministro de Relações Institucionais e secretário executivo do Conselho, Luiz Sérgio, foram debatidos os eixos estratégicos em relação aos quais o governo está organizando sua ação e as possibilidades de contribuição do Conselho, tendo como base a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), elaborada pelo CDES em 2010, com foco principal

na educação e inovação, além de elencar desafios para o Brasil.

A ABCE poderá solicitar ao governo participação da Consultoria de Engenharia no CDES, por ser um setor estratégico no planejamento e em estudos e projetos de engenharia para apontar condições de viabilidade de investimentos públicos e privados. O Conselho é integrado por 90 representantes da sociedade civil + ministros, e presidido pela presidente da República.

Rio: prevenção tem alerta

Prefeito Eduardo Paes inaugura no Borel, primeira sirene de alerta contra fortes chuvas.

O prefeito Eduardo Paes apresentou na manhã de sexta-feira, 21, a primeira sirene, de um total de 60 equipamentos que serão instalados para em diversas comunidades do Rio para alertar contra riscos de deslizamentos em decorrência de fortes chuvas. A primeira sirene foi instalada na favela do Borel, na Tijuca, que recebeu três conjuntos de alto-falantes voltados para as áreas de maior risco da favela. Na próxima semana, segundo o subsecretário municipal de Saúde e Defesa Civil, coronel Sérgio Simões, de seis a dez comunidades receberão

equipamentos semelhantes. As 60 sirenes irão emitir alertas para 117 comunidades das Zonas Sul, Norte e Oeste que, de acordo com recente mapeamento da Geo-Rio, concentram

cerca de 18 mil imóveis em áreas de alto risco de deslizamentos de terra.

A presteza dessa iniciativa no Rio de Janeiro poderá induzir a sua pronta extensão às muitas cidades sujeitas a situações de risco de todo tipo.

GS Transportes

Os editais de licitação dos **projetos básico e executivo do Terminal 2 do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte** serão liberados nos próximos 60 dias, segundo informou o subsecretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Luiz Antônio Athayde. Já os editais de licitação das obras devem sair apenas no final do ano. O segundo terminal do aeroporto, orçado em R\$ 350 milhões, é objeto de um convênio firmado no ano passado entre a estatal e o governo de Minas.

GS Indústria / Naval

Rio de Janeiro terá o maior estaleiro das Américas. OSX decide instalar seu estaleiro no Complexo Industrial do Superporto do Açú, que está sendo construído em São João da Barra, no Rio. A escolha levou em conta uma série de vantagens competitivas, atestadas com estudos ambientais, operacionais e técnicos. O cais do estaleiro terá 2.400 metros. Terá capacidade de expansão para até 3.525 metros e possui as mesmas capacidades produtivas originalmente previstas no plano de negócios da OSX. Os estudos de impacto ambiental estão em estágio avançado de análise técnica pelos órgãos responsáveis.

Serão gerados 3.500 postos de trabalho na fase de construção e outros 10 mil, quando o estaleiro entrar em operação.

Assessoria Jurídica

A ABCE encaminhou **Representação ao TCU** contra Governo do Estado de Minas Gerais - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG por não acolher a impugnação do **Pregão Presencial N.º 277/2010** apresentada pela ABCE. **Objeto:** Contratação de serviços técnicos especializados de apoio ao Estado de Minas Gerais nas atividades de fiscalização, monitoramento e supervisão das obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto – “Mineirão”, abrangendo análise e adequação dos projetos apresentados, bem como controle tecnológico dos serviços e fornecimentos executados. Aguarda-se a Decisão do TCU.

União não precisa fiscalizar licitações antes de repassar verbas Ministro Ari Pargendler, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu liminar que determinava que verbas somente poderiam ser liberadas após a verificação da regularidade de licitações para serviços, obras ou compras. O ministro afirma que a lei não é expressa a respeito da liberação de verbas tão somente após o exame

detalhado da contratação de obras e serviços, além da aquisição de bens.

STJ livra executivos de ações tributárias.

Uma nova decisão da Justiça trouxe maior segurança para a defesa de sócios e executivos de empresas que tiveram bens penhorados ou respondem a ações por dívidas fiscais das empresas que representam. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar um recurso repetitivo referente ao pagamento de débitos previdenciários, entendeu que, para ser considerado devedor solidário de débito tributário da companhia, deve ser comprovado que o sócio ou administrador agiu com excesso de poderes ou contra a lei - como estabelece o artigo 135 do Código Tributário Nacional (CTN). *Valor Econômico.*

GS Recursos Hídricos. Saneamento e Meio Ambiente

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro o **Decreto nº 7.404/2010**, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. **O decreto pode ser solicitado à Secretaria da ABCE.**

Notícias

Faltam engenheiros

... mas aumenta o número de formados na área de engenharia nos últimos cinco anos.

Levantamento realizado pelo Ministério da Educação revela que, após duas décadas de estagnação, o número de

formados na área de engenharia cresceu 67% em cinco anos. No entanto, o volume ainda é insuficiente para atender a demanda. De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de formados no setor subiu de 33 mil para 55 mil entre 2004 e 2009. Para a Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, no entanto, o Brasil

precisaria formar 80 mil engenheiros/ano para atender a demanda. Além disso, parte dos engenheiros vai para o mercado financeiro e não para o setor produtivo.

Opinião

A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento da União.

Helio Amorim
Diretor Executivo ABCE

Os estudos e projetos precedem necessariamente a execução dos empreendimentos e devem, portanto, estar disponíveis e maduros, com adequada antecipação, para assegurar a otimização dos investimentos, a minimização de custos e maximização da qualidade das instalações e sistemas implantados.

O Brasil se ressentia da falta de projetos nessas condições de maturação e antecedência, impedindo ou adiando desastrosamente a execução de empreendimentos importantes quando os recursos para esse fim se tornam disponíveis.

O que costuma ocorrer, como consequência dessa imprevisão, é a execução de obras de elevado valor e complexidade com base em arremedos de projetos, contratados e elaborados às pressas, com resultados danosos para o país, seja pela absoluta impossibilidade de controle de seus custos, seja pela baixa qualidade das soluções propostas.

Ainda pior é a contratação de obras rigorosamente sem projeto, ilegalidade disfarçada por termos de referência mal formulados, acompanhados de esboços ou relatórios de visita ao campo e outras peças irregulares e insuficientes, grosseiramente intituladas de projeto básico, para

uma burla à lei de licitações.

Os resultados são conhecidos: custo final do empreendimento e medições de quantidades de serviços sem controle, extensões intermináveis de prazos de obras, aditamentos contratuais sucessivos, baixa qualidade dos serviços, desperdícios consideráveis, impasses frequentes por imprevisão às vezes criminosa com o trato das questões ambientais, prejuízos de variadas naturezas.

A ABCE tem pleiteado até agora sem resultado uma medida que entenda saneadora e instrumento único de efetivo controle de desvios e procedimentos ilegais ou mesmo anti-éticos.

Trata-se de introduzir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, dispositivo que impeça a inclusão de empreendimentos novos de infraestrutura no Orçamento da União sem a prévia existência de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, e projeto básico aprovados, com estimativa orçamentária rigorosamente fundamentada e elaborada pelos projetistas, de modo a que a Lei 8666/93 seja de fato cumprida, sem aquelas burlas usuais.

Como alternativa, poderia ser admitida a inclusão de projetos novos no Orçamento, com destaque de parcela da verba correspondente destinada aos estudos e projetos,

mas com a referência explícita de somente poder ser liberada a parcela de obras após a sua elaboração e aprovação formal.

Caberia ainda, a inclusão no Orçamento da União, de verbas destinadas tão somente à execução de estudos e projetos básicos, para criar-se um estoque de projetos e assim viabilizar os investimentos a serem incluídos no Orçamento dos anos subsequentes. Este seria o procedimento mais lógico. Os projetos a incluir poderiam ser os que o governo considerasse prioritários na extensa relação dos empreendimentos de infraestrutura incluídos no PAC e e demais planos governamentais.

Acresce o fato de que muitos dos projetos no PAC 2 somente serão viáveis mediante investimentos privados, especialmente através de concessões de serviços públicos. Sem a disponibilidade de estudos de viabilidade consistentes e elementos de projeto básico indispensáveis para uma avaliação de custos e riscos do empreendimento, torna-se inviável a atração de investimentos privados. Justifica-se ainda mais, portanto, a inclusão de verbas para estudos e projetos – e ainda para atualização de estudos e projetos existentes, no Orçamento da União.

Muitas ocorrências desagradáveis que tanto espaço ocupam na mídia teriam sido evitadas se adotados os procedimentos aqui propostos.

Grupos Setoriais e Temáticos

Consultoria Jurídica

A Resolução nº 1.024/09, do CONFEA, que instituiu o Livro de Ordem, estabelece no seu art. 12 **o prazo até 1º de janeiro de 2011 para que todos os Creas tenham implementado esse documento, de uso obrigatório nas obras e serviços de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e demais profissões vinculadas ao sistema Confea/Crea.**

De início, vale registrar que o CONFEA, por força dos artigos 24 e 27, "f", da Lei 5.194/66, tem a prerrogativa de fiscalizar o exercício das profissões nela disciplinadas, podendo baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução dos dispositivos da citada lei. Os conselhos regionais, por seu turno, têm como uma de suas atribuições organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela Lei 5.194/66.

O Livro de Ordem, segundo essa Resolução, seria uma espécie de "memória escrita" da obra ou serviço, realizado pelo Responsável Técnico, cujos elementos estão identificados no art. 4º, § 1º, tais como dados do empreendimento, responsáveis técnicos, início e conclusão da obra ou serviço, orientação e execução dos projetos e nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, dentre outros.

Importante ressaltar que o CREA deverá visar cada folha desse Livro, assim como será o destinatário da 1ª via dessas folhas, para anexá-las aos seus relatórios.

O artigo 9º, por sua vez, estabelece que o Boletim Diário, o Livro de Ocorrências Diárias, o Diário de Obras, Cadernetas de Obras e outros documentos ainda em uso pelas empresas poderão ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências da resolução (conteúdo e fiscalização pelo CREA) e tenham os seus termos de abertura visados pelo CREA.

A não adoção do Livro de Ordem é considerada exercício ilegal da profissão e transgressão aos deveres do engenheiro, com penas que variam da advertência reservada à imposição de multa ao responsável técnico. Essas penalidades são aplicadas tanto ao profissional quanto à pessoa jurídica organizada para a execução de obras e serviços de engenharia, nos termos das alíneas do art. 73 da Lei 5.194/66.

Assessora jurídica do CREA-RJ informou que essa autarquia ainda não expediu o ato normativo referente ao Livro de Ordem. Segundo ela, haverá ampla informação quando da edição do ato e do início da fiscalização.

Rodrigo Meyer
Departamento Jurídico
Empresas Concremat

GT Legislação

CONSULTA ÀS EMPRESAS SOBRE SE ABCE DEVE TER UMA POSIÇÃO

O PLS 45/11 acrescenta o inciso VI ao art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações, para incluir a necessidade de empresas com 100 (cem) ou mais empregados, preencherem de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, como requisito para a habilitação em licitações e dá outras providências. Vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a essa última a decisão terminativa. O prazo de emendas perante a CCJ deverá terminar no dia 24 de fevereiro.

A ABCE solicita às empresas associadas comentários e avaliação dessa medida, indicando se cabem gestões da Associação junto ao Legislativo.

GS Planejamento Urbano

GOVERNO LANÇA PAC MOBILIDADE URBANA PARA 24 MUNICÍPIOS COM MAIS DE 700 MIL HABITANTES

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão lançou em 16/02/11, em Brasília, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinado à mobilidade, abrindo o processo de seleção de projetos para incrementar a infraestrutura do transporte público coletivo nas 24 maiores cidades do País. O programa terá investimentos de R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões de investimento direto da União e R\$ 12 bilhões por meio de financiamento, com o objetivo de ampliar a capacidade de locomoção e melhorar a infraestrutura do transporte público nas grandes cidades. Serão selecionados projetos para implantação e melhoria da infraestrutura do transporte público coletivo e também para a aquisição de equipamentos voltados para a integração, controle e modernização de sistemas.

ABCE: Conselho Diretor

Na reunião de 11 de abril, foi informado o nome do diretor executivo a ser contratado pela ABCE, Marcos Augusto Mesquita Coelho, economista, selecionado com apoio de empresa "head hunter" dentre cinco candidatos pré-selecionados. Será o responsável pela implementação do plano estratégico 2011-2015 da ABCE. Visitará as empresas para coletar propostas para dinamizar a atuação da Associação.

Ratificada a decisão de contratação de representante permanente da ABCE em Brasília. Solicitada a indicação de possíveis candidatos. A falta dessa representação tem resultado em perda de oportunidades importantes na capital. Adotada como foco para ação de longo prazo, com cobertura da FIDIC e FEPAC: a proibição legal de licitações por menor preço como já ocorre em outros países. As construtoras apoiam essa tese por serem prejudicadas por projetos de má qualidade.

A FEPAC quer realizar em 2012 no Brasil um evento sobre experiência de Londres na organização dos jogos olímpicos. A próxima reunião da AG ABCE deverá ser convocada para junho e o Conselho pretende propor a prorrogação dos mandatos de presidente, conselheiros e diretores até que sejam aprovados novos estatutos. Para avançar nesse objetivo, os conselheiros são convidados a iniciar um intercâmbio de sugestões para permitir elaborar um projeto de estatutos.

Faltam Engenheiros

Brasil forma quase três vezes menos engenheiros do que países da OCDE. As áreas preferidas de formação dos estudantes brasileiros no ensino superior são ciências sociais, negócios, direitos e serviços

(37,1%) e humanidades, artes e educação (29,3%). É o que mostra levantamento feito pelo especialista em análise de dados educacionais, Ernesto Faria, do portal Estudando Educação, a partir de relatório da Organização para a Cooperação e o

Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os números apontam que o Brasil forma quase três vezes menos engenheiros do que os países desenvolvidos que fazem parte do grupo.

O estudo reuniu dados sobre 36 países. Entre todos eles, o Brasil tem o menor percentual de formandos em engenharia, indústria e construção: 4,6% do total, enquanto entre os países da OCDE a média é de 12%. Na Coreia do Sul e no Japão, por exemplo, os formandos nessas áreas respondem por 23,2% e 19% do total, respectivamente. O outro país latino-americano incluído na pesquisa, o Chile, tem 13,7% de titulados nessa área do total de concluintes.

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, afirma que a pasta já trabalha para mudar esse quadro. Uma "sala de situação" está mapeando - junto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e outros órgãos do governo - quais áreas do conhecimento, inclusive as engenharias, precisarão ter um aumento no número de profissionais formados para atender as demandas do país nas próximas décadas. - Com a expansão do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais, lançado em 2007), dobramos a matrícula nos cursos de engenharia.

Então, no horizonte de uns cinco anos, já teremos uma mudança porque os concluintes vão aumentar muito. Mas, independentemente disso, temos que avançar mais. Estamos levantando a demanda estado por estado e as necessidades de cada especialidade - explica Costa. Segundo o secretário, o diagnóstico deve ficar pronto nos próximos dois meses. Preliminarmente, ele aponta a engenharia naval como uma das áreas em que será necessário grande esforço. O plano será apresentado às instituições, mas elas têm autonomia para decidir onde preferem investir.

Mas aumentar o número de vagas e estimular a matrícula dos alunos em cursos específicos não será suficiente para melhorar o quadro. Outro problema que precisa ser atacado é a alta evasão das engenharias.

- Dos mais de 100 mil que entram, saem 35 mil - aponta o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Murilo Pinheiro. A

entidade tem um projeto para estimular a entrada dos estudantes do ensino médio nos cursos e melhorar a qualidade da formação. Ele avalia que o cenário está evoluindo. A previsão é que 50 mil se formem em 2011 e o ideal, segundo ele, seria chegar a 80 mil titulados anualmente.

- Havia muita evasão porque o curso é difícil e as oportunidades de trabalho eram pequenas, os alunos não tinham estímulo para terminar. Hoje a gente começa a ter uma outra visão porque os estudantes começam a trabalhar ainda na faculdade e já saem empregados em função do crescimento do país - avalia.

Para reduzir o abandono, é importante ainda melhorar a qualidade do ensino médio para que os alunos consigam acompanhar o curso sem dificuldade. Conta que algumas instituições têm gastado algum tempo, no início da graduação, para reforçar os conteúdos que os alunos deveriam ter aprendido na educação básica, como matemática.

Entrevista (e-mail) Revista CREA-RJ

Como avalia o atual cenário da engenharia consultiva no Brasil? Com o novo ciclo de desenvolvimento do Brasil, as empresas nacionais de consultoria estão sendo efetivamente valorizadas?

O cenário atual é estimulante. Demanda de consultoria de engenharia para estudos e projetos industriais e de infraestrutura é elevada e crescente. Gerenciamento de obras importantes nos setores elétrico, petróleo e gás, transportes, saneamento mobilizam equipes multidisciplinares de empresas de consultoria em todo o país. Empreendimentos do PAC em todos os setores, as obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas, investimentos privados em expansão na indústria, o setor naval em plena carga, retratam esse novo ciclo de desenvolvimento do país. Entretanto a atividade de engenharia consultiva não é devidamente valorizada no setor público. Por comodidade do contratante agora somada à pressão de contratações para cumprir prazos apertados para os dois grandes eventos, predominam licitações de engenharia por menor preço e até mesmo por preço. Os

preços em disputa predatória mergulham com efeitos desastrosos para a qualidade da engenharia. Não se leva em conta que baixos preços resultam em maus projetos e conseqüente elevação dos custos das obras, com prorrogações desastrosas de prazos.

Que forças econômicas e políticas ainda impedem que a tecnologia nacional ganhe novo impulso? Quais são os principais entraves à contratação de tecnologia nacional? Faltam incentivos legais? Ou de fato a nossa inteligência na área tecnológica já não mais a mesma?

Não há entraves à contratação de tecnologia nacional e a inteligência nessa área nunca foi afetada nem mesmo em tempos de recessão econômica. Ao contrário, multiplicam-se políticas de qualificação da engenharia brasileira para desenvolver tecnologias, investir em inovação, com apoio de agências financeiras do governo nas áreas de C&T. No setor de petróleo e gás, por exemplo, altamente exigente no uso de tecnologias de ponta, há mecanismos explícitos para assegurar preferência à engenharia

nacional que não tem impedimento a parcerias com empresas estrangeiras quando resultam em transferência de tecnologias não dominadas no país. A Petrobras também investe em programas de capacitação e treinamento. No momento, é forte a motivação e incentivo à inovação tecnológica.

Há pessoas que acham que o discurso de que o Brasil não tem mão de obra qualificada serve à manutenção de interesses em trazer sua tecnologia pronta e ainda cobrar royalties do Brasil. O que as entidades de classe estão fazendo ou podem fazer em defesa da nossa e do profissional brasileiro?

O discurso é enganoso. Há mão de obra qualificada em todos os setores da atividade econômica no país. O que ocorre é a escassez de profissionais especializados em alguns setores, que levam a alguma busca de reforço no exterior, raramente comprando-se pacotes fechados de tecnologias. Até a compra de aviões para a FAB inclui na concorrência cláusula de transferência completa de tecnologia. O que é preciso fazer neste tempo favorável de crescimento está no campo da

formação de profissionais nas diversas áreas da engenharia. A FNE nos informa que de 100 mil estudantes que ingressam por ano nas faculdades de engenharia somente 35 mil se formam. É preciso explicar essa deserção, avaliar a qualidade dessa formação e o aparelhamento adequado das universidades, além de uma melhor preparação anterior dos alunos nos cursos de nível médio. Em 2011 devem entrar no mercado 50 mil novos engenheiros. Precisamos de pelo menos 80 mil por ano.

É correto afirmar que a situação não está favorável para os profissionais nacionais? De que maneira os casos do setor naval, em que toda a tecnologia embarcada vem de fora, e o do Metrô do Rio, que acabou de encomendar a empresas chinesas novos carros, construídos por técnicos que não conhecem a nossa realidade, prejudicam o mercado nacional?

O setor naval permaneceu inativo por longo período. Faltam de engenheiros navais a soldadores nesse renascimento do setor, agora na sua melhor fase, estaleiros em plena carga. A contratação de carros de metrô na China pode ter resultado de incapacidade ainda que momentânea da indústria nacional para produzi-los aqui, nos preços e prazos exigidos, mas convém averiguar. Por outro lado, a China acaba de anunciar a compra de 35 jatos da Embraer, "made in Brazil". Esta por sua vez, ao mesmo tempo, contratou empresa israelense para modernizar caças da FAB. Esse intercâmbio de tecnologias no mundo globalizado é certamente saudável.

Que ações a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) propõe para reaquecer o setor?

O setor brasileiro de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos de engenharia, designado como consultoria de engenharia ou engenharia consultiva, como disse antes, está muito aquecido e demandante de mão de obra especializada já agora escassa. O que a **ABCE** persegue é o aperfeiçoamento urgente das instituições de formação de profissionais qualificados para o exercício de uma engenharia em constante e acelerada evolução, um verdadeiro processo de mutação. O que o futuro engenheiro aprende no primeiro ano já será obsoleto no quinto ano da faculdade. As universidades e centros de pesquisa estão precisando de mais recursos para adaptar-se a sempre novas realidades e demandas mais exigentes em todas as áreas da engenharia.

(H. Amorim).

Primeiro anúncio.

Será realizada no Rio de Janeiro, com a participação e apoio da ABCE, a Conferência Anual da FIDIC em 2014, que reunirá mais de 1500 consultores de todos os países membros da International Federation of Consulting Engineers (FIDIC). A ABCE, como membro da FIDIC, realizou hoje a primeira reunião com Enrico Vink, Management Director da Federação, para informações preliminares sobre a organização do evento. Será precedido por Conferências Anuais da FIDIC em Davos (2011), Seul (2012) e Barcelona (2013).

Jirau volta a operar

A vida começou a voltar ao normal nos canteiros de obra da usina de Jirau, em Porto Velho. Pelo menos é o que garante a construtora Camargo Corrêa, responsável pelas obras de construção civil da hidrelétrica. Ontem, depois de uma série de audiências entre o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) e os sindicatos patronal e dos trabalhadores, chegou-se a um acordo sobre as reivindicações trabalhistas. (CBIC). Empresas da ABCE atuam em projetos e outros serviços de engenharia na construção da usina.

Trem-bala II

O consultor legislativo Marcos José Mendes, do Centro de Estudos da Consultoria do Senado, apresentou pesquisa em que aponta que o custo do trem-bala pode ser até 45% maior do que o previsto inicialmente. Segundo Mendes relatou à Agência Brasil, o valor da obra pode chegar a R\$ 50 bilhões. A projeção leva em conta imprevistos como mudanças de trajeto para cumprir regras ambientais e gastos extras na construção.

(Folha de São Paulo - 13 de abril)

Salários em expansão

O ritmo de crescimento dos salários dos novos contratados evidencia a força do mercado de trabalho. Nos 12 meses acumulados até janeiro, o valor do rendimento inicial aumentou 10,7% no comércio e 6,6% na indústria, já descontada a inflação. Na média de todos os setores, a expansão é de 4,9%, também em termos reais. Os cálculos são da MB Associados, a partir das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os dados de janeiro são os mais recentes disponíveis. (CBIC).

Rio de Janeiro de luto. A presidente Dilma Rousseff decretou luto oficial de três dias pela morte dos estudantes na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo. Nota: "Devido ao atentado ocorrido hoje pela manhã, quando um homem armado invadiu a Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo e fez vários disparos, atingindo pelo menos 15 crianças, o Hemorio está fazendo um apelo à população para que compareça à sede do Instituto, que fica na Rua Frei Caneca, 8, Rio, para doar sangue.

Todo seu estoque está sendo reservado para o Hospital Albert Schweitzer, local onde as crianças foram levadas pelos bombeiros. Para ser um doador é necessário trazer um documento oficial de identidade com foto, ter entre 18 e 65 anos, pesar mais de 50 quilos e estar bem de saúde. O HemoRio ressalta que estará funcionando normalmente neste fim de semana, das 7 da manhã às 18 horas. Para agendar a doação com hora marcada, o voluntário pode ligar para o disque sangue (0800-282 0708), que também esclarece outras dúvidas".

Empresas da ABCE

GUIMAR Engenharia foi agraciada pela VALE, no processo de Premiação do IDF – Índice de Desempenho de Fornecedores 2010, como vencedora na categoria “Melhor Fornecedor de Gerenciamento”. A premiação é o reconhecimento à qualidade dos serviços prestados pela GUIMAR, através do trabalho, do empenho e do comprometimento dos seus colaboradores em atingir a plena satisfação de seus clientes e demais partes interessadas, com suporte do Sistema Guimar de Gerenciamento (SGG).



A ABCE cumprimenta calorosamente a GUIMAR, seus dirigentes, equipes técnicas e

administrativas, por essa merecida premiação outorgada pela VALE.

Inversão de fases

TJ-SP CONSIDERA ILEGAL A INVERSÃO DE FASES EM LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio de acórdão proferido pela 5ª Câmara de Direito Público e relatado pelo desembargador Franco Cocuzza, entendeu, por unanimidade, que a inversão de fases de julgamento nos procedimentos licitatórios no âmbito do Município de São Paulo, bem como a análise de documentos e propostas em sessão privada fere a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) e os princípios constitucionais que norteiam a licitação. No entendimento dos magistrados, "nos termos do art. 30, II, da Constituição Federal, de fato pode o Município suplementar as normas de licitação, ajustando-as naquilo que for necessário as regras do certame municipal, mas jamais se contrapor às normas gerais estabelecidas na legislação federal, por afrontar, inclusive, os princípios da Legalidade e da Isonomia.

Combate à corrupção

“A corrupção é um mal que compromete o futuro da nação”. A declaração foi feita pelo presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

(Conamp), César Mattar Jr., durante o relançamento da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, em 5 de abril. Ao falar durante o relançamento, o presidente da Conamp disse que o Ministério Público se orgulha em participar do combate à corrupção, visto que essa é a atividade fim da instituição. "A corrupção é um mal que compromete não só as energias econômicas do país, mas também compromete o futuro da nação." César também garantiu o apoio da entidade à Frente Parlamentar no trabalho para agilizar a aprovação das propostas legislativas que tratam do assunto.

Página web

Solicitamos aos nossos associados visitar e explorar os links da página web da ABCE para contribuir com suas sugestões de aperfeiçoamento. www.abceconsultoria.org.br

A página registra quase 60 mil visitas. Verifique se estão corretos os links de acesso à página da sua empresa.

Informações das empresas sobre sua atuação e eventos, enviadas à ABCE, serão divulgadas neste Correio enviado regularmente para 2000 destinatários: empresas, entidades, parlamentares, mídia.

Em Defesa da Infraestrutura Nacional

Foi relançada no último dia 5 de abril, em Brasília, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, ocasião em que foi empossado o seu novo presidente, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). Durante o evento, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, destacou a importância da criação da Frente Parlamentar e defendeu investimentos em infraestrutura. De acordo com o deputado Arnaldo Jardim, a Frente irá trabalhar para mudar o patamar de investimentos e assegurar uma infraestrutura com qualidade. O novo presidente defendeu a inovação tecnológica e

a qualificação da mão de obra em todos os níveis. “Não queremos aceitar como uma fatalidade que nós tenhamos uma escassez de mão de obra depois de termos convivido por muito tempo com a ausência da oportunidade do trabalho”, acrescentou. A Frente Parlamentar é composta por: Diretoria - presidente - deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP); 1º vice-presidente – senador Armando Monteiro Filho (PTB-PE); 2º vice-presidente – deputada Aline Corrêa (PP-SP); 3º vice-presidente – deputado Paulo Abi Ackel (PSDB-MG); vice-presidente de Gás e Petróleo – senador Delcídio Amaral (PT-MS); vice-presidente de Energia Elétrica – deputado Antonio

Imbassahy (PSDB-BA); vice-presidente de Mineração – deputado Bernardo Santana (PR-MG); vice-presidente de Transportes – deputado Carlos Zarattini (PT-SP); vice-presidente de Portos e Vias Navegáveis – deputado Edinho Bez (PMDB-SC); vice-presidente de Saneamento – deputado Danilo Forte (PMDB-CE); vice-presidente de Telecomunicações e Informática – deputado Marcos Monte (DEM-MG), e vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Habitação – senador Humberto Costa (PT-PE), e Conselho Consultivo - deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO); deputado

Grupos Setoriais e Temáticos

GS Transportes

ACÓRDÃO Nº 629/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conceder novo prazo de 90 (noventa) dias para que o DNIT apresente os estudos definitivos sobre os parâmetros a serem adotados para o dimensionamento de equipes nos contratos de supervisão de suas obras, e autorizar a participação de auditores das Secobs 1 e 2, a convite, de reuniões no DNIT para discussão dos estudos acima mencionados, sem prejuízo das determinações / recomendações a

seguir.

Processo TC-025.789/2006-4 (MONITORAMENTO) (...)

1.6.

Determinações/Recomendações/
Orientações:

1.6.1. Com fundamento no art. 250 inciso III, do RITCU, recomendar ao DNIT que, na esteira da recomendação 9.2. do Acórdão 98/2011-TCU-Plenário, amplie o rol de categorias profissionais constantes de sua tabela de preços de consultoria, especialmente no que se refere àquelas consideradas necessárias aos contratos de supervisão ambiental.

1.6.2. Com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso II, do RITCU, determinar ao DNIT que, no prazo de quinze dias, se manifeste sobre a conveniência e oportunidade de manter a atual estrutura de sua tabela de engenharia consultiva,

admitidos os percentuais máximos de encargos sociais e de custos administrativos de 84,04% e 30%, respectivamente, em vez de implementar a metodologia do BDI, com os percentuais máximos de 52,33% para aplicação sobre os custos diretos e indiretos relacionados diretamente à parcela de mão de obra, de 24,40% para aplicação sobre o item "Despesas Gerais", e de 84,04% para encargos sociais.

1.6.3. Com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso II, do RITCU, determinar ao DNIT que, no prazo de sessenta dias, implemente a metodologia escolhida para a orçamentação de serviços de engenharia consultiva.

1.6.4. Apensar os presentes autos ao TC 002.546/2011-6.

1.6.5. Determinar à Secob-1 que monitore o cumprimento das presentes deliberações, no âmbito do TC 002.546/2011-6.

Anulação de Pregão

O TCU acolheu Representação da ABCE contra Pregão Eletrônico CDP 78/2010 da Companhia Docas do Pará (CDP).

Resumo do Acórdão TCU 601/2011 :

Acordam os Ministros (...):

9.1 rejeitar os argumentos apresentados pela CDP em sede de oitiva;

9.2 com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei 8443/92, determinar à CDP que:

9.2.1. adote, no prazo de quinze dias, as providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico 78/2010, suspenso por medida cautelar, tendo em vista a escolha da modalidade licitatória inadequada em face dos serviços licitados, os quais não se enquadram na categoria de serviços comuns de engenharia;

9.2.2 encaminhe no prazo de trinta dias, documentação que comprove a anulação do Pregão Eletrônico CDP 78/2011.

(...) Data da sessão: 16/03/11. (...). Assinam: Benjamin Zymler, Presidente; José Jorge, Relator; Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral.

Acórdão TCU 446/2011

Empresas atingidas por exigências inaceitáveis do TCU foram convocadas pela ABCE para avaliar o texto e opinar sobre medidas urgentes cabíveis para resguardar os direitos das empresas que prestam serviços a órgãos do governo. O novo Acórdão retoma medidas do anterior TCU 1233/2008 cujos efeitos estão suspensos por recursos do DNIT e ABCE, aguardando decisão definitiva. Trata-se de nova tentativa de intromissão na gestão das empresas e tornar públicas suas políticas empresariais administrativas e financeiras estritamente confidenciais.

Aprovadas medidas administrativas e eventualmente judiciais da ABCE para suspender preliminarmente os efeitos e finalmente anular aqueles dispositivos.

Consórcios

Sinicon consegue alterar texto de MP 510. A Câmara dos Deputados atendeu às reivindicações do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) e alterou a redação da Medida Provisória (MP) nº 510, de 2010, que trata de consórcios. Com a aprovação do novo texto na terça-feira, ainda que as empresas participantes de consórcios passem a responder solidariamente pelas dívidas tributárias federais dos demais integrantes do grupo, essa responsabilidade será proporcional à participação de cada um no negócio. A medida provisória agora segue para análise do Senado. A possibilidade de responder solidariamente, no entanto, já sinaliza uma alteração nas regras vigentes, em que a responsabilidade conjunta das consorciadas só vale para as dívidas trabalhistas, em licitações e nas relações de consumo. A MP nº 510 derruba o

parágrafo 1º do artigo 278 da Lei das Sociedades Anônimas - nº 6.404, de 1976 -, que excluía essa presunção de solidariedade. O dispositivo prevê que os consórcios deverão cumprir "as respectivas obrigações tributárias sempre que realizarem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício". Foi acrescentado, no entanto, que as disposições não se aplicariam ao Imposto de Renda, à CSLL, ao PIS/Pasep e à Cofins.

Notícias curtas

Usinas nucleares no país

O governo pretende manter os projetos de construção de usinas nucleares no país, mesmo com o acidente ocorrido este mês com a usina em Fukushima, no Japão. A afirmação foi feita em 14/03 pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. De acordo com o ministro, as usinas de Angra dos Reis têm uma proteção que prevê o comportamento das marés ao longo de mil anos. Além da conclusão da usina nuclear de Angra 3, que deve estar pronta em 2015, o governo pretende definir ainda este ano as diretrizes para a construção de pelo menos mais quatro novas

usinas: duas no Nordeste e duas no Sudeste. **Na quinta feira, 17, o ministro reviu sua afirmação anterior e aponta para uma discussão sobre a energia nuclear.**

FEPAC

Por quarta vez consecutiva y séptima en su historia, la **Cámara Nacional de Empresas de Consultoría de MEXICO (CNEC)**, fue galardonada con el Premio *Ética y Valores en la Industria y su Implementación en Prácticas de Responsabilidad Social Empresarial (RSE)*, Edición 2010, que otorgó la Confederación de Cámaras Industriales de los Estados Unidos Mexicanos (Concamin), en el marco de la Reunión Anual de Industriales celebrada en Ixtapan de la Sal,

Estado de México, del 20 al 22 de enero de 2011. El premio fue recibido por el Ing. Mauricio Jessurun, Presidente de la CNEC.

Recorde de emprego

Fevereiro tem criação recorde de emprego. Com um empurrão do carnaval, o Brasil bateu recorde de criação de empregos com carteira assinada em fevereiro, e não deve parar por aí. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem, no mês passado foram abertas 280.799 vagas no país, recorde histórico para o mês, acumulando no ano mais 448.742 novos postos.

Jornal O Globo/BR - 16/03/2011

MPV 510 Licitações: governo adia mudanças

Sem consenso, governo desiste de votar agora a flexibilização de licitações. O dep. Cândido Vaccarezza declara que a emenda que muda regras de licitações para obras da Copa e da Olimpíada não será mais inserida na MP 510. "O ideal é que o governo apresente uma proposta que tenha acordo de todos os agentes que vão participar desse processo – governos estaduais, municipais, empresários do setor e todos os interessados", defendeu Vaccarezza, ontem, 17/03. O assunto será discutido na ABCE na 2ª feira, 21, às 10:30 horas, para definir a estratégia de gestões da Associação.

A pressão das grandes construtoras e a rejeição da oposição levaram o governo a adiar a apreciação na Câmara dos Deputados das regras que flexibilizam a Lei de Licitações para as obras da Olimpíada de 2016 e para os 12 aeroportos da Copa do Mundo de 2014. O Palácio do Planalto já avalia a edição de uma nova medida provisória ou mesmo a inclusão dos dispositivos em alguma MP a ser votada dentro de algumas semanas, a fim de garantir tanto sua aprovação quanto um maior tempo de debate sobre as novas regras. Nos últimos dias, grandes empresas como a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão, junto com entidades de classe que as representam, caso da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), intermediaram conversas no Congresso Nacional nas quais

manifestaram contrariedade ao texto que o governo pretende aprovar na próxima semana, dentro da discussão da MP 510. **A principal crítica das construtoras é quanto ao modelo de licitação chamado de "contratação integrada", também conhecido por "turn key", pelo qual as empresas ficam responsáveis pela elaboração do projeto e pela execução das obras, diferentemente de hoje, quando há uma licitação para o projeto e outra para a obra, feitos geralmente por empresas diferentes.**

As empresas alegam que esse modelo transfere a elas todos os riscos econômicos inerentes à imprevisibilidade da realização de uma obra. Parlamentares envolvidos na discussão, contudo, afirmam que nesse modelo fica mais difícil para as empresas solicitarem aditivos contratuais, pois elas estabelecem o preço da obra a que vão dar andamento. O

argumento é semelhante ao da oposição, que critica a forma que o governo tenta alterar a Lei de Licitações. Um rascunho das mudanças estava na MP 489 que, devido ao recesso branco do período eleitoral de 2010, não foi apreciada e perdeu vigência por decurso do prazo. Neste ano, o governo tentou incluir as mudanças na MP 503, que criou a Autoridade Pública Olímpica (APO). As propostas foram incluídas horas antes da votação, a pedido do Palácio do Planalto, pelo relator, Daniel Almeida (PCdoB-BA). A oposição reagiu e conseguiu adiar a discussão, que seria feita na tramitação da MP 510. Agora, exige que o governo desista de flexibilizar a Lei de Licitações via MP. Quer que o Planalto encaminhe um projeto de lei para ser discutido. **Outro ponto contestado pelas empreiteiras é quanto ao regime de preços unitários. No texto que o governo quer aprovar, esses preços devem ser apresentados**

de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), elaborado pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, ou pela tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), feito pelos ministérios dos Transportes e da Defesa. Em documento entregue a parlamentares a Abdib afirma que os preços dessas tabelas "devem ser referenciais, garantindo a liberdade de proposta dos licitantes".

Para o presidente da **Cbic**, Paulo Simão, o governo conduz mal a discussão. "Assuntos polêmicos como esse têm que ser conversados. Compreendemos que os eventos (Copa e Olimpíada) estão chegando e o tempo está apertado, mas o governo, ao querer acelerar o processo licitatório, acaba dando insegurança para os atores envolvidos", disse. Ele afirma ainda que os empresários do setor

não estão confortáveis com a "má-condução" do assunto feita "de última hora". Vai permitir a abertura de possibilidades para que gestores eventualmente com caráter não republicano tenham liberdades extremadas para as obras", disse o vice-líder do DEM, Pauderney Avelino, um dos envolvidos diretamente nas negociações.

A assessoria técnica do partido elaborou uma nota em que destrincha os 35 artigos da proposta. Aponta defeitos, por exemplo, no artigo 14, que dá ao Executivo poderes para dispensar a licitação nos casos em que a medida seja necessária para preservar a segurança nacional. A hipótese, embora prevista na atual Lei de Licitações, "confere discricionariedade demasiada neste regime específico para a Copa e a Olimpíada".

O regime prevê, entre outros aspectos, a simplificação do sistema de recursos, a inversão

da fase de habilitação nas licitações, que seria feita após o julgamento das propostas; a remuneração de acordo com o desempenho da obra e a posterior negociação com o mais bem classificado na licitação, com o propósito de se chegar a um preço menor para o poder público.

A oposição também critica o fato de, dos 35 artigos, 18 deles dependerem de posterior regulamentação. "Isso torna inviável qualquer alteração com efeitos imediatos", diz Pauderney. Há críticas também quanto ao fato de a proposta não explicar como será aferido o desempenho das empresas nas obras para que sejam realizados os pagamentos. (...) "A lei precisa ser modernizada, não flexibilizada. E isso não pode ser feito a toque de caixa". (*Valor Econômico* - 17/03/2011 *reprod. parcial*).

Mudanças na Lei de Licitações

Governo apressa mudança na Lei de Licitações. Emenda deve ser votada nas próximas semanas para agilizar contratos para Copa e Olimpíada.

Para facilitar as obras da Olimpíada do Rio em 2016 e dos aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, o governo vai mudar as regras da Lei 8.666, que rege as licitações de obras públicas. O plano, segundo reportagem publicada no jornal "Valor Econômico", é aprovar no Congresso uma emenda à Medida Provisória 510, que está em tramitação e regula "o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio".

Passo inicial para a "modernização" da 8.666, as alterações propõem a simplificação do sistema de recursos, a inversão da fase de habilitação nas licitações (que seria feita após o julgamento das propostas) e a realização de projetos executivos e obras pela mesma empresa. Além disso, estudam-se outras mudanças, como a possibilidade de remuneração de acordo com o desempenho da empresa e a posterior negociação com o mais bem classificado na licitação, com o propósito de se chegar a um preço menor para o poder público.

Técnica e preço. A proposta do governo está sendo recebida com desconfiança pelo setor de projetos, que vê riscos para a qualidade dos projetos contratados. "A inversão de fases mata a escolha pela técnica e preço (primeiro a qualidade técnica da proposta e depois a escolha pelo preço mais baixo), o que pode ser muito danoso para a qualidade do empreendimento, especialmente no caso de obras públicas", avalia o engenheiro **Maurício de Lana**, vice-presidente da ABCE Associação Brasileira de Consultores de Engenharia e presidente do Sinaenco-MG. Ele explica que a opção pelo menor preço pode fazer sentido na contratação de uma obra, ou na compra de um equipamento, quando tudo já está descrito, definido e quantificado pelo projeto. "Mas o projeto é uma etapa abstrata, que exige elaboração,

pesquisa e experiência, acima de tudo. E na área de projetos, em geral o menor preço é inversamente proporcional à experiência da equipe". De Lana lembra que a maior parte dos problemas de execução e manutenção de obras tem origem em falhas ou em indefinições de projeto. "Buscar apenas o menor preço em projetos pode significar um desperdício de recursos na construção, além de abrir espaço para reajustamentos sucessivos, sem controle possível", conclui o vice-presidente De Lana, que afirma que "o barato sai muito caro nas licitações públicas."

Para discussão, seguem algumas considerações preliminares sobre as modificações que trazem riscos altíssimos para a sociedade, abrindo brechas para o superfaturamento generalizado.

- A mudança na lei deverá ser tentada em forma de emenda a uma Medida Provisória que trata de dívida tributária. Valerá apenas para obras da Copa, Olimpíadas e aeroportos, mas em um segundo passo, o governo pretende que as alterações valham para todas as obras públicas do país. O governo já tentou aprovar essas mudanças na MP que criou a Autoridade Pública Olímpica (APO), mas foi rechaçado pela oposição.

- O Tribunal de Contas da União (TCU) já se posicionou contra as intenções do Executivo.

- Na mudança mais significativa a ser proposta, o governo quer que o projeto executivo e a execução da obra sejam feitos pela mesma empresa, eliminando a necessidade de duas licitações para um mesmo empreendimento.

- Mas a medida significaria dar à empresa vencedora a prerrogativa de alterar o projeto e os valores em função do seu interesse. **No fim das contas, isso pode provocar um custo final muito maior do que o previsto.**

- Projetos mal feitos são uma das principais causas dos atrasos das obras do país, conforme admitiu, há dois anos, a então ministra da Casa-Civil, Dilma Rousseff. “A falta de projetos adequados, feitos por governos anteriores, é uma das dificuldades para o andamento do Programa de Aceleração do Crescimento”, disse.

- A ministra só faltou esclarecer que em 2008 o PT estava há quase seis anos no poder e não poderia culpar mais o governo anterior pelas deficiências nos projetos.

- A alegação do governo segundo a qual “eliminando a necessidade de duas licitações para um mesmo empreendimento” se ganha tempo é falsa porque é possível licitar, de uma só vez, o projeto básico e o projeto executivo. Ou então o projeto executivo juntamente com o gerenciamento e a supervisão das obras.

- Atualmente, na maioria das vezes, uma consultoria independente faz o projeto executivo. A vantagem é que essa empresa não tem interesse em faturar na execução da obra.

- Uma saída alternativa é a empresa vencedora ser também responsável pela qualidade do empreendimento, como são os contratos das concessões.

- **Outra alteração** prevista para a lei de licitação, como a *inversão da fase de habilitação* nas licitações, também é polêmica. O governo quer que primeiro sejam abertas as de propostas de preço e só depois analisada a documentação da empresa que forneceu o menor valor. Se a empresa for habilitada, ou seja, com a documentação correta, ela é declarada vencedora da licitação. - Mas esta mudança pode trazer dificuldades para os julgadores eliminarem uma licitante com

problemas de documentação, tendo ela apresentado o menor preço. Uma empresa vencedora no preço dificilmente aceitaria ser eliminada por problemas de documentação. Seria possível argumentar com forte apelo para a opinião pública, o que pode gerar um clima de suspeição sobre a comissão de julgadores.

... e ainda:

- A *inversão de fase* é totalmente inadequada à contratação de serviços de consultoria de engenharia (estudos, projetos, gerenciamento e supervisão de obras) para os quais são previstas em lei as modalidades de licitação por técnica e preço ou de melhor técnica. Contratar projetos por menor preço não é recomendável. Projetos de má qualidade podem resultar em obras com valores mais elevados, com valores de aditivos muito superiores ao custo inicial. **O barato pode sair muito caro** já que um o custo de um projeto custa apenas entre 2% a 3% do valor da obra.

- Mas uma mudança pretendida pelo governo pode até ser benéfica. Com a simplificação do sistema de recursos administrativos e judiciais, seria possível evitar um dos fatores que mais atrasam as obras do país, pelos questionamentos sucessivos dos resultados das licitações.

- Estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que 98,5% dos R\$ 23 bilhões que serão investidos para a organização da Copa do Mundo de 2014 sairão dos cofres públicos. Os bancos governamentais Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Infraero, estatal que administra os aeroportos do país, seriam responsáveis por R\$ 16,5 bilhões do investimento.

Diretoria Nacional

Na reunião de 14/03/11 foram adotadas seguintes decisões.

1. Ficou constituído um novo Grupo Temático, o GT Relações Internacionais para se conhecer e otimizar os benefícios que FIDIC, FEPAC e outras organizações internacionais oferecem a seus membros. A ABCE é associada de ambas Federações.

2. Foram atualizadas informações sobre a reestruturação em curso da ABCE, um trabalho iniciado em 2009.

3. Os diretores irão pesquisar e indicar nomes de executivos que poderiam ser consultados com vistas à contratação de um representante permanente da ABCE em Brasília.

4. Aprovada a solicitação de entrevistas com ministros, inicialmente o de Planejamento e Gestão. Será elaborado texto para expor a capacitação da

ABCE no apoio às políticas de investimentos públicos, especialmente na infraestrutura do país. As empresas da ABCE são consultadas para informar sobre seus canais de diálogo com ministros e autoridades a que estão afetas as atividades de consultoria de engenharia.

5. Foi revogada pelos diretores presentes a decisão da diretoria adotada na reunião anterior de pleitear-se a participação da ABCE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, presidido pela presidente da República, no qual representaria a consultoria de engenharia, até agora ausente desse órgão. O Conselho CDES Pleno, com 90 Conselheiros, reúne-se três vezes por ano no Palácio do Planalto. Dele participam Paulo Godoy (ABDIB) e Paulo Simão (CBIC). O CDES tem como secretário executivo o ministro das Relações Institucionais Luiz Sérgio. A desistência da ABCE de encaminhar o pleito será levada ao Conselho Diretor em sua próxima reunião para ratificação.

Para transmitir a estudantes de engenharia

**Uma opção: Consultoria de Engenharia.
Cresce a demanda de profissionais.
Informe-se na sua Universidade.**

Consultoria de Engenharia ou **Engenharia Consultiva** (*Engineering Consultancy* ou *Consulting Engineering*) é a área da Engenharia que desenvolve e realiza serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com equipes profissionais multidisciplinares,

para a concretização de empreendimentos públicos e privados, atuando nas sucessivas fases ou etapas de sua realização:

- **planejamento:** desenvolvimento e adaptação de tecnologias aplicáveis aos projetos e à implantação do empreendimento (articulação com universidades e institutos de pesquisa científico-tecnológica).
- **estudos técnicos de pré-investimento** – levantamentos, inventários de recursos naturais, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental (estudos de impacto ambiental físico e social), que precedem e fornecem elementos para a decisão do investidor;
- **elaboração de projetos:**
 - **conceitual:** avaliação de alternativas de solução de engenharia para o empreendimento estudado; indicação justificada, definição conceitual e descrição detalhada da solução mais adequada, com base nos estudos de viabilidade realizados;
 - **básico:** conjunto de elementos descritivos, especificações, desenhos com nível de detalhamento e precisão necessário e suficiente para a perfeita caracterização do empreendimento e sua orçamentação com adequada aproximação, de modo a permitir a licitação e contratação da execução das obras e instalações;
 - **executivo:** detalhamento do projeto básico, compreendendo um conjunto de desenhos, elementos gráficos, detalhes construtivos e especificações detalhadas de materiais, equipamentos, máquinas e serviços necessários à completa execução das obras e instalações do empreendimento;
- **gerenciamento** da execução de obras, montagens e instalações:
 - **gerenciamento integral:** atividades de procura, suprimentos, inspeções técnicas, controle de qualidade e medição de serviços executados, inspeção de equipamentos, auditorias técnicas, comissionamento, controle tecnológico, econômico, financeiro e demais atividades de gestão da implantação; apoio à partida da operação – incluindo o treinamento de pessoal para a operação e manutenção;
 - **supervisão e fiscalização:** acompanhamento e fiscalização da execução de obras e serviços, controle tecnológico, de prazos, de qualidade e medição dos serviços executados, “procurement” e inspeção dos materiais e dos equipamentos fornecidos;
 - **serviços de informática:** desenvolvimento de programas de informática (softwares específicos para a realização das atividades de consultoria de engenharia);

- **serviços auxiliares de engenharia:** geofísica, geotecnia, topografia; sondagens; aerofotogrametria; sensoramento remoto; georreferenciamento de informações; testes e ensaios de materiais e serviços; inspeção de máquinas e equipamentos; transporte e movimentação de grandes cargas e módulos de equipamentos industriais; análise de valor; estudos de logística, avaliações de instalações físicas, perícias técnicas e outros.

Áreas principais de atuação

- Edificações** residenciais e não residenciais (indústrias, comércio, etc.);
 - Plantas e processos industriais** (siderurgia, metalurgia, química, petroquímica, fármacos, processamento de óleos minerais e vegetais e demais setores industriais);
 - Infra-estrutura** de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias, metrorovias, vias urbanas; pontes, viadutos, elevados, túneis; portos e aeroportos e outros);
 - Sistemas de saneamento básico** (estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto, rede de água, rede de esgotos e sistemas de drenagem pluvial, aterros sanitários e industriais, estações de tratamento de rejeitos sólidos);
 - Sistemas de transportes** urbanos, metropolitanos, inter-estaduais: (sistemas de controle de tráfego, sistemas de transporte de massa, terminais rodo-ferroviários etc.);
 - Sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia** (centrais elétricas – termo e hidrelétricas, centrais de energia solar e eólica; linhas de transmissão, estações de transformação e outras fontes alternativas de geração de energia);
 - Sistemas de comunicações** (redes de telefonia, estações de transmissão, etc.);
 - Exploração, produção, refino, transporte e distribuição de petróleo e gás** (instalações terrestres e plataformas marítimas de exploração e produção, dutos, refinarias e outras instalações);
 - Engenharia naval:** navios, embarcações, conversões de cascos de navios para plataformas off-shore, fixas e flutuantes;
 - Mineração** (extração e beneficiamento de produtos minerais, lavra, extração e demais instalações);
 - Agricultura** (agroindústria, armazenamento, programas fundiários e demais atividades relacionadas);
 - Meio Ambiente** (estudos de impacto ambiental, de preservação do meio ambiente físico e social, engenharia florestal, estudos de exploração e extração auto-sustentável de reservas minerais, vegetais, piscicultura, e outras áreas de especialização).
- ... Para saber mais, visite o site:
www.abceconsultoria.org.br

Notícias curtas

Empresas da ABCE

Solicitamos aos nossos associados visitar e explorar os links da página web da ABCE para contribuir com suas sugestões de aperfeiçoamento.
www.abceconsultoria.org.br
A página registra quase 60 mil visitas. Verifique se estão corretos os links de acesso à página da sua empresa.

Informações das empresas sobre sua atuação e eventos, enviadas à ABCE, serão divulgadas neste Correio enviado regularmente para 2000 destinatários: empresas, entidades, parlamentares, mídia.

CDES: 2014 e 2016

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República instituiu em novembro do ano passado o

Grupo Temático Grandes Eventos Esportivos: Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. O grupo já mapeou os desafios a serem enfrentados para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, com um padrão de qualidade condizente com a posição de liderança do Brasil no cenário internacional, e elaborou um parecer com seis recomendações para organização dos eventos, encaminhado à presidente Dilma.

Exportação - Importação

Resposta a Consulta da SECEX-MDIC sobre Negociações de Serviços entre Mercosul e União Européia

Assunto: Demanda da UE para a abertura do nosso mercado de consultoria de engenharia e arquitetura em modo 1 (Serviços Transfronteiriços) e modo 2 (Consumo Local), como movimento preparatório à reunião do dia 14 de março em Bruxelas. (11/03/2011)

A ABCE - Associação Brasileira de Consultores de Engenharia tem posição consagrada e irreversível contrária à abertura do mercado nacional de consultoria a empresas consultoras estrangeiras, exceto se adotado o modo 3 (consórcio com e liderado por empresa brasileira) com transferência recíproca de tecnologia. Tal posicionamento firme e maduro da ABCE resulta de ampla discussão e consultas anteriormente realizadas e finalmente confirmadas no GT4. Decorre da constatação inequívoca da maturidade da engenharia brasileira em todos os campos e setores em que atua. Tem sido reconhecidamente capaz de agregar valor às tecnologias transferidas quando eventualmente ainda não dominadas no país, agregando igualmente a experiência e

conhecimento da cultura e do mercado brasileiros.

Por outro lado, são reconhecidos os avanços técnico-científicos e tecnológicos proporcionados e difundidos pelas universidades e centros de pesquisa nacionais. Há abundantes registros de insucessos significativos de empresas estrangeiras que pretenderam atuar no país em modos 1 e 2 com resultados técnicos e financeiros prejudiciais para os empreendimentos em que prestaram serviços de consultoria de engenharia, seja em projetos ou em gerenciamento de obras e instalações industriais. Por esses motivos, não há interesse das empresas consultoras brasileiras em negociar outros modos de ingresso de empresas estrangeiras no mercado nacional, ainda que oferecida reciprocidade, especialmente no momento atual de expressivo aumento dos investimentos e da demanda de trabalhos nos setores público e privado, realidade que torna particularmente atrativo o mercado brasileiro em fase de crescimento sustentável, para o qual a consultoria brasileira está preparada para atender plenamente, aberta a parcerias exclusivamente no modo 3 (consórcio com e liderado por empresa brasileira, com transferência recíproca de tecnologia).

GT Licitações e Contratos

Para competir por obras de transportes, empresas menores terão de se associar. Pouca qualidade e demora na execução de obras é a justificativa; setor vê brecha legal para direcionamentos

Setores do governo querem barrar a entrada de empresas de menor porte em grandes obras de transportes, sob o argumento de que elas são as principais responsáveis por projetos mal feitos, serviços e materiais deficientes, revisões de orçamento e atrasos.

A Folha apurou que está em formulação na Casa Civil, após negociações com o setor e já com aval da presidente Dilma Rousseff, decreto que altera regras que hoje permitem a atuação das pequenas empresas em grandes obras. Com a nova regra, elas teriam de se reunir em consórcios para poder competir.

Segundo o diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), **Luiz Antonio Pagot**, o governo está muito exposto às pequenas empreiteiras, que oferecem preço muito baixo, mas executam um serviço de "péssima qualidade" e demorado. Pagot afirma que as pequenas empreiteiras não serão excluídas, pois poderão se organizar em consórcios.

ABCE vai completar 45 anos

A ABCE Associação Brasileira de Consultores de Engenharia completará 45 anos em outubro próximo. Foi fundada em 1966 como organização capacitada técnica e administrativamente para dar apoio institucional às empresas de Consultoria no seu relacionamento com clientes e governos. Buscaria assegurar tratamento correto para este setor ainda pouco reconhecido na década de 60, com todas as suas peculiaridades e sua importância estratégica.

A ABCE congrega atualmente as mais importantes empresas brasileiras de Consultoria de Engenharia atuantes em todos os setores de infraestrutura, indústria, mineração, energia, petróleo e gás, transportes, recursos hídricos e saneamento, meio ambiente e demais áreas da engenharia e arquitetura.

Conta com apoio interdisciplinar da economia, direito, ciências humanas e demais áreas do conhecimento técnico e científico.

Seu objetivo focal é promover a valorização desse setor estratégico da engenharia brasileira, orientando os investidores que precisam do seu know-how. Para isso, a ABCE mantém relações com quem contrata os serviços das Consultoras, clientes públicos ou privados, orientando sobre as práticas mais adequadas de seleção e contratação da empresa.

A ABCE publica manuais sobre legislação, orçamento, editais e contratos, úteis para quem oferece ou precisa de Consultoria. Na área internacional, a ABCE é membro da FIDIC - Fédération des Ingénieurs-Conseils e da FEPAC - Panamerican Federation of Consultants, que congregam respectivamente as Associações Nacionais de Consultores dos países de todo o mundo e das Américas.

GT Licitações

Pregão 277 SEPLAG/MG. Como já informado, o Pregoeiro da SEPLAG rejeitou, como sempre ocorre, a impugnação apresentada em 4 de janeiro. Na justificativa da rejeição pretendeu "provar" que se trata de serviços comuns. A ABCE encaminhou em 13/01, Representação ao TCU discordando da não acolhida à impugnação. O TCU encaminhou a Representação da ABCE ao TCE-MG em 11/02, ainda sem julgamento. O SINAENCO, por sua vez, adotou o caminho do Mandado de Segurança, obtendo liminar para suspender o pregão, em 27 de janeiro. A SEPLAG publicou no dia seguinte nota na imprensa de MG informando a suspensão do Pregão, sem prejuízo do andamento das obras a serem fiscalizadas pela consultora que seria contratada. Aguardam-se as decisões finais em ambas ações.

GS Petróleo e Gás

Na reunião do GS em 24/02/11 foi decidida a contratação de empresa especializada para apoiar a ABCE na coordenação de projeto sobre conteúdo nacional nos investimentos do setor. O projeto é um dos sete resultantes do Encontro do Prominp em Porto Alegre. O objeto é o estabelecimento de uma política de apoio e estímulo às empresas de engenharia de modo a assegurar a sua capacitação em todos os elos da cadeia produtiva, com ênfase na engenharia básica e, como meta, a sua sustentabilidade técnica e econômica. Está formatado e inclui a elaboração de um modelo de desenvolvimento da competência em engenharia básica. Passa por uma estratégia de contratação compatível com a natureza da engenharia e por ações com as Operadoras para assegurar uma demanda mínima e firme de projetos básicos. O custo estimado a ser

rateado entre as empresas do setor é de 300 mil reais, podendo ter apoio financeiro da Petrobras que será convidada a participar do trabalho.

Outro assunto discutido foi a necessidade de elaboração de "Procedimentos" para a execução de projetos para a Petrobras, na mesma linha dos que se estão produzindo para epcistas pela Abemi para construção e montagens. Os representantes da ABCE no GT PB Eng-Abemi-Abce solicitam o encaminhamento de problemas das empresas a serem incluídos na pauta do GT. Discutem-se vantagens e desvantagens de um desdobramento do GT em dois, separando EPC e Consultoria. Aprova-se a preparação internamente de uma pauta ampla de problemas e pleitos que justifiquem uma proposta de mudança no modelo atual do GT. Sobre a implantação do software COMOS, a proposta da ABCE será a previsão dos custos de aquisição e treinamento, caros, ou de cessão de licenças pela Petrobras.

Relatada a participação da ABCE nas gestões em curso junto ao MME, ANP, ONIP, Petrobras, Sinaval e outros organismos para o estabelecimento de metas e percentuais de participação da engenharia brasileira nos investimentos do setor de petróleo e gás. Os percentuais a serem exigidos de conteúdo local propostos pela ABCE foram acolhidos.

Consultoria Jurídica

"O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em 24/11/2010, julgou a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16, ajuizada pelo Governador do Distrito Federal em face do Enunciado (súmula) 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, contrariando o disposto

no parágrafo 1º do mencionado artigo 71, estendia à responsabilidade subsidiária aos contratos administrativos.

Por votação majoritária, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou, naquela quarta-feira (24), a constitucionalidade do artigo 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666, de 1993, a chamada Lei Federal de Licitações. Desta forma, restou reconhecido na **INSTÂNCIA MÁXIMA judicial brasileira – o STF, que a previsão contida da Lei 8.666/93 é constitucional,** o que arremessa a anulação da dita Súmula 331, no seu inciso IV, que **desconsiderava este preceito da Lei 8.666/93, ao admitir a subsidiariedade trabalhista no contrato administrativo.**

Portanto, **a contar de nov/2010** volta a vigorar com plena higidez e eficácia o dispositivo do **art. 71 da Lei 8.666/93** que estabelece que a inadimplência de contratado pelo Poder Público, em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais **não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento,** nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."

(Comunicado do Jurídico da Magna Engenharia).

GS Energia Elétrica

A ABCE, representada por seus presidentes e membros do Conselho e Diretoria, esteve presente na cerimônia de posse do presidente da Eletrobrás, **José da Costa Carvalho** no dia 28/02

Notícias curtas

Sinal promissor

A presidente **Dilma Rousseff** enviou um sinal agradável aos empresários da construção civil. Quando recebeu a sugestão de entregar grandes obras nos morros do Rio de Janeiro aos batalhões de engenharia do Exército, **a presidente disse que preferia deixar a iniciativa privada cuidar**

do serviço. A militarização das obras públicas não é um fato recente, mas, em 2010, chegou a 10% dos trabalhos de recuperação de estradas federais, segundo cálculos do setor. Também ocorre essa militarização nas obras de transposição do São Francisco, que já ultrapassam as previsões de custos e prazos.

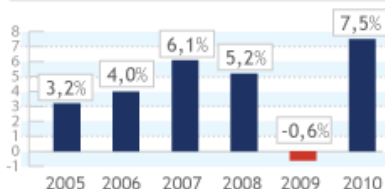
CBIC com parlamentares

CBIC promove no próximo dia 23 de março, das 8h30 às 10h, no Golden Tulip Brasília Alvorada, em Brasília, o seu Café com Parlamentares. O objetivo do encontro é apresentar aos deputados e senadores as principais propostas e demandas do

setor da construção para o novo período legislativo. Em 2007, a CBIC realizou um encontro semelhante, onde apresentou aos parlamentares propostas e reflexões sobre: a habitação popular, a revisão da Lei 8.666/93 e o Programa de Aceleração do Crescimento.

PIB Brasil 2010

O desempenho da economia



Fonte: IBGE

Ranking divulgado pelo IBGE com os países que já anunciaram o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010 mostram que o Brasil teve o terceiro melhor desempenho no mundo. O PIB brasileiro, que subiu 7,5%, atingindo 3,675 trilhões de reais, na maior alta desde 1986, ficou atrás de China, que cresceu 10,3%, e Índia, que avançou 8,6%. A expansão da economia brasileira supera o avanço dos PIBs de países europeus e dos Estados Unidos, além da Coreia do Sul.

O crescimento do PIB brasileiro ficou 2,5 pontos acima do avanço no mundo em 2010, que foi de 5% na média dos países, segundo os dados do IBGE. Ficaram acima desse patamar, além dos três primeiros colocados, a Coreia do Sul, com alta de 6,1%, e o México, com 5,5%.

Dados do Banco Mundial também mostram que, entre os Brics, o PIB per capita do Brasil, por paridade de poder de compra, atingiu US\$ 10,3 mil no último trimestre do ano passado, atrás da Rússia, com US\$ 15,1 mil, e da África do Sul, incluída no grupo dos Brics, com US\$ 10,4 mil. A seguir vieram a China, com US\$ 6,6 mil, e a Índia, com US\$ 3,1 mil.

Desempenho do PIB nos países e regiões em 2010, segundo compilação feita pelo IBGE: China: 10,3% - Índia: 8,6% - Brasil: 7,5% - Coreia do Sul: 6,1% - México: 5,5%. **Média mundial:** 5,0%
 Japão: 3,9% - Rússia: 3,8% - Alemanha: 3,6% - EUA: 2,9%
 União Europeia: 1,7% - França: 1,5%
 Portugal: 1,4% - Reino Unido: 1,4%
 Itália: 1,1% - Espanha: -0,1%
 Grécia: -4,5%.

(O GLOBO 3/3/11)

Faltam engenheiros

Falta de engenheiros ameaça crescimento. Ministro defende formação de tecnólogos.

“O Brasil vai ter que acelerar a formação desse profissional que está fazendo falta no mercado”, afirmou o ministro Mercadante que contabiliza a formação de 10 mil tecnólogos e 30 mil engenheiros anualmente no país. Em números absolutos, o Brasil perde para outros países emergentes. Na Coreia, 90 mil engenheiros são formados por ano; na Índia, 220 mil; e na China, 650 mil (incluindo-se, neste caso, 250 mil que têm formação assemelhada ao dos tecnólogos).

BNDES > BIRD

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empresta hoje o triplo do Banco Mundial (Bird). No ano passado, o banco brasileiro concedeu US\$ 96,32 bilhões em empréstimos, valor 3,33 vezes superior aos US\$ 28,85 bilhões do Banco Mundial.